



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA DE VEREADORES DE BENTO GONÇALVES

DIRETORIA GERAL

P r o t o c o l o

PROCESSO N.º



INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL

LOCALIDADE: BENTO GONÇALVES

ASSUNTO: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A " FUNDAÇÃO CASA DA CRIANÇA LICORSUL", REVOGA A LEI 834/78 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

INICIADO EM: 21.11.1978

ARQUIVADO EM: 30.11.78

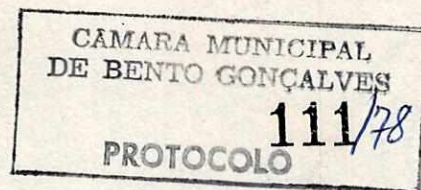
VISTO

mauro

Encarregado do Protocolo

Este processo não pode ser encaminhado em mãos, nos diferentes tramites,
salvo em virtude de ordem superior.

lei nº 879



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

Of. 066/78-SG/CM-R

Bento Gonçalves, 21 de novembro de 1978.

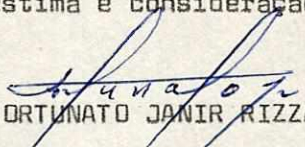
Ilustríssimo Senhor

Apenso ao presente, passamos às mãos de Vossa Senhoria, para a apreciação desta egrégia Casa, o incluso projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Casa da Criança Licorsul, revoga a Lei Municipal nº 834, de 02 de junho de 1978 e dá outras providências.

Objetiva este, dar melhores condições e viabilidade à construção da Casa da Criança Licorsul desta cidade, cujos objetivos já foram plenamente expostos quando da remessa de projeto de lei que deu origem à Lei Municipal 834.

A filosofia de atuação é a mesma, e apenas se alteram dispositivos excedentes, que trariam problemas à normal constituição da Fundação, cuja legislação específica já é bastante de per si, além de sofrer a fiscalização do DD. - representante do Ministério Público.

Na certeza de que este projeto merecerá a tradicional acolhida desta colenda Casa, reiteramos os protestos de estima e consideração.


FORTUNATO JANIR RIZZARDO
Prefeito Municipal

Ao

Ilustríssimo Senhor

Dr. Carlos José Perizzolo

DD. Presidente da Câmara Municipal

Nesta



111/78

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 66, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1978.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A " FUNDA-
ÇÃO CASA DA CRIANÇA LICORSUL ", REVOGA A LEI
834/78 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS .-

FORTUNATO JANIR RIZZARDO, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,
FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1º - É autorizado o Poder Executivo a instituir a " Fundação
Casa da Criança Licorsul ", entidade autônoma, com perso-
nalidade jurídica de direito privado, que terá sede e foro na Comarca de Bento Gonçal-
ves, à rua Julio Lorenzoni, s/nº, e obedecerá às normas vigentes para a espécie, re-
gendo-se por seus estatutos.

Art. 2º - A Fundação Casa da Criança Licorsul com jurisdição em to-
do o município, gozará de ampla autonomia administrativa
e financeira, submetendo suas contas a quem a lei o determinar.

Art. 3º - A Fundação procurará irmanar seus objetivos com os das
entidades municipais, estaduais e federais a que estão
afetos os problemas dos menores, podendo com elas firmar convênios, celebrar contra-
tos, estabelecer compromissos e praticar os atos necessários visando a consecução dos
objetivos da entidade.

Art. 4º - Serão órgãos da Fundação:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Deliberativo;
- d) Conselho Financeiro;
- e) Conselho Técnico;
- f) Conselho Fiscal.

Art. 5º - A composição dos diversos órgãos se regulará pela lei e
pelos estatutos sociais da Fundação.



111/78

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

Art. 6º - A Fundação Casa da Criança Licorsul, será representada - em juízo ou fora dele - pela Presidência e por quem mais o Estatuto Social estabelecer.

Art. 7º - Deverão, obrigatoriamente, integrar o Conselho Fiscal da Fundação:

- Um representante da Secretaria Municipal da Fazenda;
- Um representante do Centro da Indústria Fabril;
- Um contador, eleito pelo Conselho Deliberativo.

Art. 8º - O exercício social se encerrará a 31 de dezembro de cada ano, mas até 30 de setembro deverão estar aprovados, pelo Conselho Deliberativo, os planos trienal e para o exercício seguinte.

Art. 9º - O patrimônio da Fundação se constituirá de todos os bens que lhe forem destinados, subvenções, auxílios, contribuições, dotações, arrecadações de fundos especiais, eventuais ou de prestação de serviços, e por imóveis que forem se incorporando por construção, doação, aquisição ou transferência.

Art. 10º - Os bens e serviços da Fundação estarão isentos de impostos e taxas municipais.

Art. 11º - O mandato da diretoria e dos conselhos é de dois anos, permitida a reeleição de, no máximo, dois terços dos membros efetivos.

Art. 12º - Os funcionários da fundação terão seu regime de trabalho regulado pela CLT, salvo os funcionários regidos por estatuto próprio que sejam cedidos;

Art. 13º - O Poder Público Municipal fará constar anualmente, verba específica de valor sempre superior à do ano anterior, para a manutenção e atendimento dos objetivos da Fundação;

Art. 14º - Fica mantida a autorização concedida pela Lei Municipal nº 834, de 02 de junho de 1978, em seu artigo 21, de abertura de crédito nos valores e rubricas nela mencionados;

Art. 15º - É mantida a autorização para transferir imóvel, como doação, descrito no art. 23, ainda da referida Lei 834/78.



111/78

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO


Art. 16º - Instalada a Fundação e aprovados os Estatutos Sociais - pela Assembléia Geral, ouvido o Ministério Público, por seu representante, e registrada a Fundação no Registro próprio, serão transferidas as verbas e os bens, na forma da legislação vigente.

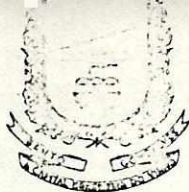
Art. 17º - A Fundação poderá ser extinta, segundo disposição legal quando os bens, na hipótese, reverterão ao patrimônio - do Município.

Art. 18º - Fica revogada, em todos os termos não ressalvados, a - Lei Municipal nº 834, de 02 de junho de 1978, conside - rando-se válidos os atos praticados com base na mesma, durante o período de sua vigên - cia.

Art. 19º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua promulgação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos vinte e um dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e oito.


FORTUNATO JANIR RIZZARDO
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 834 DE 02 DE JUNHO DE 1978.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A
" FUNDAÇÃO CASA DA CRIANÇA - LICOR -
SUL " E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. -

FORTUNATO JANIR RIZZARDO, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É o Poder Executivo autorizado a instituir, dentro de 90 (noventa) dias, a Fundação Casa da Criança - Licorsul, entidade autônoma, com personalidade jurídica de direito privado, que se regerá por esta Lei, por Decretos do Poder Executivo e por Estatuto próprio aprovado mediante Decreto.

Art. 2º - A Fundação Casa da Criança - Licorsul, terá sede e foro em Bento Gonçalves, com jurisdição em todo o município, gozando de autonomia administrativa e financeira.

Art. 3º - A Fundação procurará irmanar seus objetivos aos das entidades estaduais e federais a que estão afetos os problemas do menor, podendo com eles firmar convênios e celebrar contratos, para atingir os objetivos comuns em favor do menor carente ou abandonado.

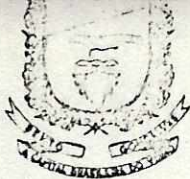
Art. 4º - A Fundação será constituída pelos seguintes órgãos, cujas atribuições específicas se atribuirão por Decreto Municipal:

- a) Conselho Deliberativo
- b) Conselho Fiscal
- c) Diretoria
- d) Conselhos Distritais e de Bairros

a) Diretoria
b) Deliberativo
c) Financeiro
d) Técnico
e) Fiscal

Art. 5º - A composição do Conselho Deliberativo será fixa

[Handwritten signature]
ADMINISTRAÇÃO FORTUNATO RIZZARDO B. GONÇALVES RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

da ~~por Decreto~~, presentes obrigatoriamente os representantes do município, Poder Judiciário, Ministério Público, Forania Eclesiástica, Entidades Religiosas, Centro da Indústria Fabril, Associação Comercial, Imprensa, Sindicatos e Associações de Pais e Mestres e de Escolas Especiais que forem convidadas ou manifestarem a intensão de se integrar

§ 1º - As entidades ou pessoas não designadas por Decreto do Poder Executivo, poderão participar das reuniões porém, sem direito a voto;

§ 2º - A designação de competente do Conselho virá acompanhada do respectivo suplente;

§ 3º - O número de integrantes do Conselho Deliberativo não poderá ser superior a 15 (quinze);

§ 4º - O conselheiro ou suplente que faltar a três reuniões consecutivas, perderá o mandato;

§ 5º - A entidade que tiver três membros com mandato extinto, na forma do § anterior, perderá o direito de se representar na Fundação.

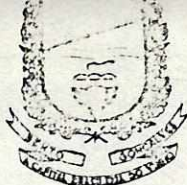
Art. 6º - A Presidência da Fundação caberá a um representante do Município, designado pelo Prefeito Municipal, que terá poderes de representação da entidade, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, e para superintender as atividades da entidade, além de Presidir o Conselho Deliberativo.

Art. 7º - O Presidente da Fundação e do Conselho terá um substituto, eleito anualmente pelo Conselho Deliberativo, com poderes de substituir a Presidência nos afastamentos e impedimentos.

Art. 8º - A Presidência da Fundação será exercida em regime de tempo integral, fixada a remuneração pelo Conselho Deliberativo.

Art. 9º - A competência do Conselho Deliberativo, a forma de prestação de contas e a de elaboração de or-





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

7 çamentos plurianuais e anuais será fixada em Decreto, pelo Poder Executivo, observada a legislação própria atinente à matéria.

Art. 10º - O Conselho Fiscal da Fundação será composto por:

- um representante da Secretaria Municipal da Fazenda;
- um representante do Centro da Indústria Fabril;
- um contador, escolhido pelo Conselho Deliberativo.

Art. 11º - A competência do Conselho Fiscal é o de examinar as contas da Fundação, e deliberar sobre as mesmas, sejam de caráter ordinário ou extraordinário.

Art. 12º - Além do Diretor Presidente, é admissível um diretor administrativo, cargo preenchível a critério da *Diretoria* ~~Conselho Deliberativo~~, por pessoa de notória experiência e conhecimento do problema do menor, de preferência com curso universitário de ciências humanísticas, indicada pelo chefe do Poder Executivo.

Regimento
Art. 13º - A competência de cada diretor será fixada ⁽¹²⁾ nos ~~estatutos sociais~~ *Regulamento Interno*, aprovados por Decreto do Poder Executivo. *esta Assembleia pelo Conselho Deliberativo*

Art. 14º - Compete à diretoria a execução dos programas de ação aprovados pelo Conselho Deliberativo, a previsão anual da receita e das despesas, a elaboração de projetos e planejamentos e a implantação de órgãos, entidades ou associações que venham a atingir o objetivo da Fundação, bem como firmar convênios e contratos com órgãos de idênticos objetivos, no Plano Estadual, Federal ou Internacional.

Art. 15º - O exercício social se encerra em 31 de dezembro de cada ano, mas nos noventa dias anteriores devem ser examinados e aprovados os planos para o exercício subsequente.

Art. 16º - O patrimônio da Fundação se constituirá de todos os bens que lhe forem destinados, subvenções, auxílios, contribuições, dotações, arrecadação de fundos espe -





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

...
ciais, eventuais ou de prestação de serviço, e por imóveis que forem se incorporando, por construção, doação, aquisição ou transferência.

Art. 17º - Os bens e serviços da Fundação estarão isentos de impostos e taxas municipais.

Art. 18º - O mandato dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal é de dois anos, permitida a reeleição de no máximo, dois terços dos membros, efetivos.

Art. 19º - Os funcionários da Fundação e respectiva diretoria ficarão sujeitos ao regime de pessoal regulado pela Legislação Trabalhista, ressalvados os funcionários municipais ou estaduais cedidos, que ficarão vinculados ao seu regime próprio. *Art. - Dintorio (20405) s/renovação*

Art. 20º - Será consignado anualmente, a partir de 1979, no Orçamento Municipal, verba específica para a FUNDAÇÃO CASA DA CRIANÇA - LICORSUL.

Art. 21º - É autorizado ao Poder Executivo abrir, para o ano de 1978, um crédito especial no valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), na seguinte Unidade Orçamentária:

ANEXO I (Quadro a)

08 - SECRETARIA DA SAÚDE, HABITAÇÃO, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
01 - SECRETARIA DA SAÚDE, HABITAÇÃO, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
15 - ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA
81 - ASSISTÊNCIA
483 - ASSISTÊNCIA AO MENOR
1.018 - Construção do Prédio da Fundação Casa da Criança - Licorsul Cr\$ 300.000,00.

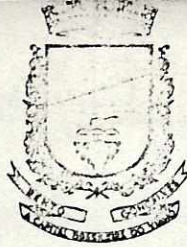
ANEXO I (Quadro b)

0801.15814830 - ASSISTÊNCIA AO MENOR Cr\$ 300.000,00.

ANEXO II (Quadro a)

0801 - SECRETARIA DA SAÚDE, HABITAÇÃO, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

....
4330.0 - Auxílios para Obras Públicas Cr\$ 300.000,00

Art. 22º - Servirá de recurso, para cobertura do crédito especial autorizado no artigo anterior, a redução de igual valor em:

ANEXO I (Quadro a)

0505 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

99999999 - FUNDO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA Cr\$ 300.000,00

ANEXO II (Quadro a)

0505 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

3260.00 - Reserva de Contingência Cr\$ 300.000,00

Art. 23º - Fica, a Municipalidade, autorizada a transferir para a Fundação, como doação, o imóvel que assim se descreve:

" Um terreno, situado no Bairro Licorsul, com 720 metros quadrados e as seguintes confrontações:- NORTE, na extensão de 24 metros com a rua Cavalheiro José Farina; SUL na mesma extensão com terras da Prefeitura Municipal; LESTE, na extensão de 30 metros com terras da Sociedade do Bairro Licorsul e OESTE, na mesma extensão com a rua Julio Lorenzoni. "

Art. 24º - Instalada a Fundação, com o estatuto aprovado ^{Assen. Div. 1991} pelo ~~Chefe do Executivo~~ e registrado no Registro Civil, das pessoas jurídicas, serão transferidas as verbas e bens necessários, mediante Decreto ou Lei, conforme se tratarem de bens móveis ou imóveis.

Art. 25º - A Fundação poderá ser extinta, por deliberação ~~do Poder Executivo e ouvido o Conselho Deliberativo~~ ^{da maioria absoluta da} ~~tivo~~.

- a) pela impossibilidade de se manter;
- b) pela inexecutabilidade de sua finalidade;

§ Único - Extinta a Fundação, os bens reverterão ao patrimônio do Município.

da maioria absoluta da Assen. Div. 1991 após parecer do Conselho Deliberativo do chefe do Poder Executivo e empreendimento Municipal





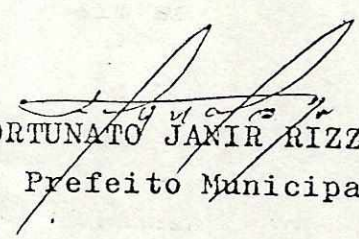
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

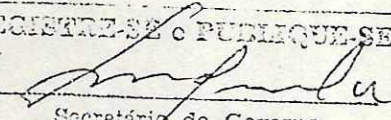
Art. 26º - Para se alterarem os Estatutos Sociais da Fundação, será necessário:


- a) que a reforma seja deliberada pela maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo;
- b) que seja aprovada pelo Chefe do Poder Executivo, ouvido o Ministério Público.

Art. 27º. - Revogadas as disposições em contrário, esta - Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos do is dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e oito.


FORTUNATO JANIR RIZZARDO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE e PUBLIQUE-SE

Secretário do Governo

Reg. no Livro de new
n.º 834 à fls. 034
02 / 06 / 19 48

Secretário do Governo





INFORMAÇÕES E PARECERES

COMISSÃO DE CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SALA FERNANDO FERRARI
93/11/78
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os Vereadores abaixo firmados, membros da Comissão de Cultura e Assistência Social, após analisarem os dizeres constantes no processo nº 111/78 - que autoriza o Poder Executivo a criar a "Fundação Casa da Criança Licorsul, revoga a Lei 834/78 e dá outras providências, são de parecer que o mesmo deva ser aprovado.

SALA FERNANDO FERRARI, 30 de novembro de 1978

Romualdo Ferrarini
Lindor Fortoulh
Regine Betinelli

APROVADO: *Dep. Ury.*
P/ *Victor*
SALA FERNANDO FERRARI
30/11/1978
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Ilmo. Sr.

Ver. CARLOS JOSÉ PERIZZOLO

DD. Presidente da Câmara Municipal de
Bento Gonçalves

Nesta

Os Vereadores abaixo firmados, vem mui respeitosa-
mente solicitar a Vossa Senhoria sejam incluídos na Ordem do Dia
em regime de urgência os projetos constantes nos processos 101, 103,
105, 108, 109, 111 e 113/78 e 112/78.

Nestes Termos
Pedem Deferimento

Bento Gonçalves, 30 de novembro de 1978

COM RECURSO DO N.º 105
103
113

Deputado
APPROVADO: 209. 109.
N.º 106 An. FERRARI - EM
10. 11. 78
Presidente